ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 18-5-2022.

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Kaká D`Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher e Moisés Barboza. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cezar Schirmer, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas e Ramiro Rosário. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 004/22 (Processo nº 0102/22), de autoria de Lourdes Sprenger; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 008/22 (Processo nº 0168/22), de autoria de Airto Ferronato; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 013 e 078/22 (Processos nºs 0026 e 0152/22, respectivamente), de autoria de José Freitas; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 048/22 (Processo nº 0090/22), de autoria de Aldacir Oliboni. Também, foi apregoado o Ofício nº 1892/2022, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/22 (Processo nº 0405/22). Ainda, foi apregoado Requerimento de autoria do vereador Ramiro Rosário, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 361/21 (Processo nº 0858/21). A seguir, foi apregoado o Processo SEI nº 215.00031/2022-31, de autoria de Psicóloga Tanise Sabino, informando, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que participaria, no dia dezoito de maio do corrente, das nove às dezoito horas, do II Seminário de Capacitação na Área da Infância e Adolescência, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre – RS. Na oportunidade, por solicitação de Leonel Radde, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Márcio Hélio Almeida de Sousa e Raimundo Bonifácio do Nascimento Filho. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Moisés Barboza, Leonel Radde, Alexandre Bobadra, Lourdes Sprenger, Aldacir Oliboni e Pedro Ruas. Às quinze horas e dezoito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 170/19 (Processo nº 0371/19), com Veto Total, por trinta e dois votos NÃO, considerando-se mantido o Veto Total oposto, após ser discutido por Moisés Barboza, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cezar Schirmer, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D`Ávila,

Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal e Pedro Ruas. Foi apregoada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 181/21 (Processo nº 0477/21), foi aprovado Requerimento solicitando que essa Emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes e foi apregoado Requerimento de autoria de Leonel Radde, solicitando votação em destaque para a Emenda apregoada. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 089/22 (Processo nº 0167/22), por trinta e um votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cezar Schirmer, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pedro Ruas e Ramiro Rosário. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Resolução nº 022/21 (Processo nº 0515/21). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 081/17 (Processo nº 0816/17). Em Votação, foram aprovados os Requerimentos nºs 070, 079, 004 e 084/22 (Processos nºs 0347, 0382, 005 e 0402/22, respectivamente). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 020/16 (Processo nº 1118/16). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 076/22 (Processo nº 0375/22). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 179/21 (Processo nº 0475/21). Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 179/21, por trinta e quatro votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cezar Schirmer, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas e Ramiro Rosário. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 179/21, por trinta votos SIM e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cezar Schirmer, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Ramiro Rosário e optado pela Abstenção Cláudia Araújo. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 030/21 (Processo nº 0897/21), por vinte e um votos SIM e onze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Pedro

Ruas, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Schirmer, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal e Ramiro Rosário e votado Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Fran Rodrigues, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes e Pedro Ruas. Na oportunidade, foi registrada a intenção de Comandante Nádia em votar favoravelmente ao Projeto de Lei do Executivo nº 030/21. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 018/21 (Processo nº 0770/21), por vinte e dois votos SIM e dez votos NÃO, após ser discutido por Jonas Reis, Márcio Bins Ely, Leonel Radde e Aldacir Oliboni e encaminhado à votação por Jonas Reis e Bruna Rodrigues, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Schirmer, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely e Ramiro Rosário e votado Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Fran Rodrigues, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes e Pedro Ruas. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Giovane Byl, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 116/21 e 055/22 (Processos nºs 0315/21 e 0101/22, respectivamente). Também, foi aprovado Requerimento de autoria de Ramiro Rosário, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 361/21 (Processo nº 0858/21). Às dezesseis horas e vinte e dois minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Bruna Rodrigues. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 195/22, discutido por Jonas Reis e Alexandre Bobadra, e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 528 e 575/21 e 038, 117, 137, 158, 159, 160, 172, 173, 174, 175, 176, 194 e 197/22; em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 167 e 603/21 e 001, 035, 125, 149 e 163/22 e os Projetos de Resolução nºs 013, 014 e 017/22. Às dezesseis horas e trinta e seis minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassiá Carpes, Idenir Cecchim e Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde. Solicito ao diretor legislativo que faça a leitura das matérias apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Ofício nº 1.92/2022, firmado pelo senhor Sebastião Melo, Prefeito Municipal de Porto

Alegre, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/22, que institui o Programa +4D de Regeneração Urbana do 4º Distrito de Porto Alegre e estabelece regramentos urbanísticos específicos, além de incentivos urbanísticos e tributários promotores de desenvolvimento, inclui o inc. XXXI e os §§ 15 e 16 no art. 70 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, e inclui o inc. VIII e o § 8º no art. 8º da Lei Complementar nº 197, de 21 de março de 1989.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 361/21.

Apregoo o processo SEI nº 215.00031/2022-31, de autoria da Ver.ª Psicóloga Tanise Sabino, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação do II Seminário de Capacitação na Área da Infância e Adolescência, no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa do Estado, no dia 18 de maio de 2022, das 9h às 18h.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento de dois policiais rodoviários federais mortos no Ceará, Márcio Hélio Almeida de Sousa e Raimundo Bonifácio do Nascimento Filho. Foram mortos ao atender uma ocorrência, há um vídeo que está tendo repercussão nacional. A gente se solidariza com as famílias, com os amigos, desses colegas da Polícia Rodoviária Federal, exige justiça, e esperamos que as famílias possam ter acesso a tudo o que têm direito e que não percam absolutamente nada, porque a gente sabe que a reforma da Previdência retirou uma série de direitos.

Também hoje nós temos o julgamento da morte do nosso colega Rodrigo Wilsen, e esperamos que o júri faça justiça também a esse grande colega. Muito obrigado.

Vereador Alexandre Bobadra (PL): Quero assinar as duas solicitações do Ver. Radde, que são justas, quero ser coautor dessas duas afirmações importantes. Também quero trazer aqui a importância da abordagem policial, porque, em vários casos, as pessoas não aceitam a abordagem policial, e as tragédias acontecem. Naquele momento, os policiais rodoviários federais agiram com gentileza, e o rapaz, que certamente tem transtornos pelo que se sabe, reagiu com aquela monstruosidade e acabou destruindo duas famílias da segurança pública. Então, a nossa solidariedade, e que as abordagens policiais possam ser efetuadas com segurança jurídica para os policiais. Isso aconteceu porque, os policiais com medo da repercussão da abordagem policial, não agiram com a técnica correta de colocar no chão, mãos para trás, e por isso infelizmente aconteceu essa fatalidade.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente e colegas, vou tentar ser rápido. Infelizmente, subo à tribuna para falar sobre falta de ética entre os colegas. Uma das pautas desta Casa, deste ano, tem sido a instalação da Comissão de Ética. E eu, vocês sabem, não tenho o costume de subir aqui para falar sobre isso, sobre as infelizes manifestações de diversas pessoas, porém eu divido com vocês aqui e explico meu motivador: estive aqui com o colega da bancada do PT, Ver. Jonas Reis, num debate sobre o Plano Diretor, e eu não ia subir à tribuna para falar sobre isso, porque achei que era colocar luz em algo que ninguém deveria se orgulhar. Em primeiro lugar, não por ele escrever ao lado ali que eu sou um vereador de extrema direita, coisa que eu nunca fui - e quem conhece a minha trajetória e trabalha comigo sabe disso -, mas porque meu filho perguntou a mim, com dez anos de idade, por que esse tio me chamou de mentiroso na televisão. E eu trouxe aqui para o Ver. Jonas Reis, que não é a primeira vez... Parece que o Ver. Jonas Reis também chegou para uma colega no início desta legislatura e mandou um áudio dizendo que era para impedir que ela fosse em escolas. O Ver. Jonas Reis, nesse programa, me chamou de mentiroso porque eu disse que em 2010 foi feita a discussão do Plano Diretor e que teria que ser feita a discussão em 2020, no nosso governo, e que, por causa da pandemia, nós não pudemos fazer. Ele disse que eu estava mentindo porque era para ter sido feita em 2019. Então, eu vou entregar aqui para os representantes da bancada do PT toda a legislação, desde 1939, sobre o Plano Diretor; e desde 2001, se não me engano, é que tem que ser feita de dez em dez anos a revisão. E como a última foi em 2010, caso o professor Jonas Reis não saiba somar, dez anos depois é 2020. Um jornalista alertou a ele que eu estava falando a verdade, e eu não recebi um pedido de desculpas do Ver. Jonas Reis, nem no programa, nem aqui. Agora, o meu filho, com dez anos vir me perguntar por que um tio me chamou de mentiroso? Esse tipo de atitude é uma atitude que mela, suja a política. É a atitude que hoje alguns levam para as redes sociais, estão mais atrás de mitos, curtidas dos seus eleitores, que vão lá para dizer, por exemplo, que o presidenciável Lula é comunista. A gente sabe que ele não é comunista, mas alguns vão e dizem na rede social, Ver. Jonas. É esse tipo de política que também diz que o presidente Bolsonaro é nazista. Só que aqui, entre colegas, é muito ruim não falar nada. Eu gostaria que ele estivesse aqui, mas vou falar olhando para a câmera: esse tipo de política, Ver. Jonas, é uma política dissimulada, é uma política falsa, é uma política hipócrita, é uma política enganosa, mentirosa, sonsa, no mínimo, antiética. E para aqueles que disserem: “Mas, Moisés, não era na tribuna da Câmara”. Deem uma lidinha no Código de Ética, lá nos deveres: “Art. 2º, inciso VI - expressar suas opiniões políticas de maneira a permitir que o debate público, no Parlamento ou fora dele, supere progressivamente as unilateralidades dos diferentes pontos de vista e construa, em cada momento histórico, consensos fundados por procedimentos democráticos;” Sejamos éticos. Obrigado, Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Moisés. Eu acho que realmente, nós temos que, todos, todos os lados, termos um pouquinho mais de respeito com os colegas. Não adianta chamar de V. Exa. e de repente o ofender com outros nomes. Eu acho que isso não ajuda em nada.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente, boa tarde colegas vereadores e vereadoras, boa tarde audiência da TVCâmara, hoje, essa fala que eu farei, eu farei em homenagem ao colega Valdeci Machado, ao colega Rodrigo Wilsen e ao colega Leandro Lopes. Três colegas que morreram sem salário, com a sua previdência destruída, com as suas famílias sem poderem ter acesso à sua pensão, morreram em situações extremas, cumprindo a sua atividade policial durante o governo Sartori. Quando nós falamos em incendiar esta tribuna, fogo no parquinho, ou que o clima está quente, ninguém faz relação com uma situação real. Quando nós dizemos: "Fogo no parquinho", ninguém pensa que nós vamos pegar gasolina e incendiar o parquinho ali da Redenção. Quando nós falamos: "Fogo nos fascistas. Fogo nos racistas", ninguém pensa que o agressor do jogador Edenilson vai ser queimado. Nós estamos atacando uma ideia. Nós estamos atacando um conceito. E qualquer pessoa com dois neurônios pode entender isso. E foi isso o que eu fiz quando eu falei do ex-governador Sartori. Porque, de fato, o Sartori é o responsável por eu estar aqui hoje neste lugar, nesta tribuna. Em 2014 fiz um vídeo em defesa do Tarso Genro, criticando o governador Sartori, como policial, mas fora do meu horário de serviço. E eu fui avisado pelo delegado Luiz Fernando, e eu digo o nome aqui, aposentado já, vinculado ao Partido Progressista, do Ver. Cassiá, da Ver.ª Mônica, que disse para mim: "Este teu vídeo, ele está circulando na coordenação de campanha do Sartori e eles pediram a tua punição. Eu não vou fazer, porque tu és um bom policial."

Em 2015, inicia o governo Sartori e a primeira sindicância que um policial no Estado do Rio Grande do Sul recebeu foi a minha, porque eu criticava o governo Sartori, que cortava hora extra, que cortava o ponto, que cortava diária, que fechava postos da Brigada Militar, que fechava delegacias. Professoras se suicidavam, colegas ficaram endividados, como é o caso, é o meu caso – até hoje eu tenho consignado. Então, eu digo que é fogo naquilo que o Sartori representou para todos os servidores e servidoras deste Estado. É um fogo simbólico, é um fogo no campo político, é um fogo de quem teve que ir a velórios de colegas, sem saber se a família desses colegas poderia receber sua pensão, porque o governo Sartori tinha feito uma reforma da Previdência que tinha retirado esse direito. Assim como hoje, o governo Bolsonaro fez o mesmo em nível nacional. É uma disputa política e é incrível que algumas pessoas tentem dissimular a realidade dos fatos, tentem achar que críticas no campo da política são ameaças. O último político que fez isso, e é bom que aquele que protocolou nesta Casa

o pedido de cassação do meu mandato por causa dessa posição, é bom que ele saiba que o último que me acusou de terrorista, antifascista perdeu seu mandato na Assembleia Legislativa e hoje é réu em um processo que ele mesmo moveu contra mim, em que eu era réu e hoje ele é o réu. E ele foi cassado por corrupção, por peculato, grande amigo do Ver. Bobadra, Ruy Irigaray. Todos aqueles que foram me perseguir na polícia, hoje perderam os seus espaços, que é o caso inclusive do Nagelstein, que foi condenado na justiça. Então, mais respeito, sem perseguições, sem assédio moral, Sr. Ver. Ramiro Rosário, contra a minha estagiária ou contra qualquer CC, assessor do nosso mandato. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sr. Presidente, eu vim aqui fazer uma fala de resgate da ética, da moral, dos bons costumes e do bom viver. Por óbvio, eu tenho aqui divergências políticas com alguns dos vereadores aqui, mas em nenhum momento faltei com respeito com ninguém. Mas eu noto que algumas atitudes aqui reiteradas vêm causando um certo constrangimento para nós. Talvez, vamos ser bem sinceros, a falta de estudo afete um pouco a cabeça das pessoas, tem que se preparar, estudar o Regimento, estudar a Constituição Federal e, às vezes, essas pessoas despreparadas são eleitas, mas, por óbvio, representam os vários setores da sociedade. Então, se a vida foi difícil com Fulano de Tal, ele não pode cobrar isso do ciclano. Cada um carrega a sua própria cruz. E eu quero trazer exemplos aqui para vocês, *cases*, mas não vou citar o nome de nenhum vereador. Até que para algum vereador falar o meu nome aqui, tem que lavar a boca. Vamos lá. Nós tínhamos aqui recentemente uma vereadora que chamou outro colega de canalha. Um outro vereador chamou outro colega de racista, porque ele esqueceu o nome dele. Lá naquela sala, fui chamado por uma vereadora de racista, fascista, machista e outras coisas. Depois, outro dia, fui agredido aqui, no microfone, por uma vereadora. O que eu fiz? Três boletins de ocorrência, três processos e três comissões de ética. Mas, por que isso? Porque falta instrução para as pessoas, a educação vem de casa. Então, se a pessoa não aprendeu educação em casa, porque um burro cheio de livro sempre vai ser um burro.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Presidente, eu quero que seja consignado aqui que a vereadora está falando... Repete aqui para o pessoal, por gentileza.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Pode repetir?

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Tem vereador na tribuna, por favor.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Vamos respeitar o vereador, faz favor, por gentileza. Vamos lá. Então, o que acontece? Infelizmente, nós poderíamos estar discutindo projetos do Município, com ideias, projetos, plano, planejando, organizando, controlando, comandando, coordenando, olhando para a frente. Mas não. São subterfúgios, mecanismos nebulosos para tentar conquistar o seu próprio eleitorado. Quem aqui pode dizer que tem procuração ou monopólio para representar as mulheres, ou os homens, ou os negros, os brancos, os pobres, os ricos, as crianças, os idosos? Todos nós representamos o povo de Porto Alegre, fomos eleitos! Nós aqui representamos um milhão e meio de pessoas que moram em Porto Alegre. A nossa função é apresentar projetos de lei, fiscalizar os órgãos do Município, e eu vejo que alguns aqui não agregaram em nada no mandato. É o tempo todo falando mal dos outros, fazendo intriga, fofoca, chicana, sabe. São coisas inaceitáveis. Então, eu quero pedir para os colegas para terem um pouco mais de solidariedade com o dinheiro do contribuinte. Vamos fazer a nossa função social, o nosso papel aqui que está na Constituição da República Federativa do Brasil. Uma boa-tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereador. A Ver.ª Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente Cecchim, meus colegas de bancada, Ver. Cezar Schirmer, vereadoras, vereadores; eu vou aproveitar o meu espaço para falar de algumas positivas que estão acontecendo no Município de Porto Alegre. Eu quero destacar inicialmente essa ação de acolhimento e atendimento aos mais vulneráveis em razão do alerta do ciclone, tempestade e baixas temperaturas. A Operação Inverno contou com equipes da Prefeitura que atenderam e encaminharam pessoas em situação de rua para abrigos, albergues, pousadas e a Comissão Permanente de Atuação e Emergência disponibilizou o Ginásio Tesourinha; rapidamente organizaram o aconchego a essas pessoas com *kits* de colchões, cobertas e material de higiene e ainda alimentação. Mais de 560 pessoas passaram a noite em estruturas da Prefeitura. O Tesourinha recebeu 46 pessoas na estrutura emergencial montada pela Prefeitura, 240 vagas em albergues foram ocupadas e ainda 282 pessoas ficaram em pousadas parceiras. Conforme a Defesa Civil, em relação ao ciclone que se aproximou do Estado, com reflexo na capital e em várias cidades, repartições públicas,

escolas e outros serviços foram interrompidos. Então, fica o registro das ações de ontem e que devem perdurar nesses períodos mais difíceis.

E sobre os animais, eles também foram lembrados. Para as pessoas, pessoas em vulnerabilidade, para não se separaram dos seus *pets*, como se diz, ou animais de estimação, foi criado o espaço *pet* pelo Gabinete da Causa Animal. E ainda foi feita ação nos bairros, cadastrando animais de rua e também para condicionar as mascotes junto a esses tutores. E essas medidas de acolhimento continuaram sendo avaliadas ao longo do dia, conforme as condições climáticas, e todos sabem que essas solicitações devem ser feitas pelo 156 ou Defesa Civil, que é 199, ou Corpo de Bombeiros, 193.

Eu também quero falar de um outro assunto que julgo importante que são as obras de arte na cidade. A iniciativa de uma escultura intitulada Antera, do artista Rogério Pessôa, tem cinco metros de altura, em seu topo há um casulo de cerâmica, que, segundo o autor, faz referência à formação dos grãos de pólen das flores, representando a fertilização das ideias. Essa escultura foi inaugurada no último domingo, no Parque Moinhos de Vento, localizada no setor esportivo do Parcão. Essa inauguração integra a programação sexta edição da Virada Sustentável, que conta com o apoio da Prefeitura, destacando a importância da sustentabilidade em nossa cidade. O trabalho tem o patrocínio do Grupo Gerdau, em homenagem aos 250 anos de Porto Alegre. E nós queremos lembrar que há uma lei municipal que permite aos grandes empreendimentos imobiliários valorizar os artistas da capital ou de outros locais, outras cidades, e que destaca uma obra de arte no novo empreendimento. Isso contempla a valorização dos nossos artistas num mercado restrito que encontra junto ao imobiliário mais esse espaço para aquisição e exposição das obras de arte em Porto Alegre. Então, parabéns a todos.

E quero dizer aos meus colegas vereadores, a segunda-feira começou esquentada, que nós temos que ler mais o Regimento Interno, medir mais as palavras, respeitar-nos e respeitar este Parlamento. No momento em que nós temos o respeito mútuo, a sociedade nos entenderá melhor e não nos depreciará num conjunto, sem separação de quem atua de uma forma ou de quem atua de outra. Então, é importante para nós termos, no período eleitoral, esse respeito, educação, medindo as palavras e falando mais verdades nesta tribuna.

E, quanto ao meu governador Sartori, um homem de bem, católico, não merecia essa colocação: “Fogo Sartori”, porque isso leva a várias interpretações, provoca ira, provoca uma série de avaliações desnecessárias para a política. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereadora. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde;

quero, Presidente, também fazer aqui uma manifestação para a abertura do diálogo na medida em que me parece que este espaço aqui não é reconhecido como um espaço de livre manifestação de pensamento. Desde que não se ofenda e que não se tire a legitimidade do vereador ou da vereadora, obviamente, os espaços institucionais da Câmara merecem a devida importância, Ver. Pedro Ruas, na medida em que eu e também meu colega vereador, ou vereadora, se elege e tem a legitimidade de fazer o debate dos problemas da cidade. Claro que, muitas vezes, isso extrapola além da Câmara e que lá, na TV, aqui na TVCâmara, ou fora dela, nós somos, sim, reconhecidos por vereador ou por vereadora e que tem uma posição política, clara, precisa sobre os problemas da cidade.

Não é diferente também o caso de algumas críticas pontuais como, por exemplo, o nosso líder, Ver. Leonel, acaba de se manifestar publicamente aqui sobre as ameaças externas que chegam ao Parlamento Municipal e que, óbvio, os vereadores têm que ter esse cuidado de não imaginar que, por algumas manifestações externas, alguém aqui é fora da casinha ou corrupto e assim por diante. Agora, quando se trata de corrupção, aí, sim, a Câmara tem que ser ousada, tem que ser responsável e capaz de impedir a corrupção. E nós já estamos ouvindo muita coisa em Porto Alegre. Então, muito cuidado, porque, inclusive na Câmara de Vereadores, alguns podem ter o telhado de vidro. Então, nós temos que ter responsabilidade numa hora dessas; muitos, inclusive, já estão respondendo a processos. E a Câmara, com a função da Mesa Diretora e até mesmo a futura Comissão de Ética, terá uma enorme responsabilidade de dar um tratamento não desigual, mas igual para todos. Nós não aceitaríamos uma punição ao colega Ver. Leonel, ou ao Ver. Jonas, ou à Ver.ª Bruna ou a qualquer companheiro ou companheira da esquerda, simplesmente por ser de esquerda. Vamos ter esse cuidado. A Comissão de Ética não pode ser um espaço de caça às bruxas. A Comissão de Ética deveria ter, como teve, a proporcionalidade na eleição dos membros, mas também a proporcionalidade na direção da Comissão de Ética, como existe em todos os parlamentos. Nós não vamos compactuar com isso. Nós queremos respeito e peço também, como líder da oposição, sei que líderes dos demais partidos também pensam assim, que tenhamos consciência e responsabilidade pelos nossos atos, mas não vamos deixar se perder a essência do debate político sobre a cidade. Eu poderia dizer para o prefeito abrir os olhos com a licitação do lixo em Porto Alegre, que não é mais lixo, virou ouro! Mas, a gente faz o que é proibido: fazer uma crítica.

Estão ameaçando a Câmara agora. O que é que a Câmara tem que ver com isso? Tem muito a ver? Então, é importante o governo observar isso. Mas, e se nós falássemos, por exemplo, das empresas terceirizadas que fazem segurança na área da saúde, na área da educação? Quatro meses que os trabalhadores não recebem. E o governo está cuidando disso? Não! Não! Estão lá sem receber. Ontem deu o maior quebra-pau na frente do Mercado Público. As empresas dizem que não estão recebendo e o governo está dizendo que está pagando. Vamos olhar Porto Alegre, vamos viajar menos, vamos olhar com mais intensidade para a periferia da cidade - não só em época de crise, de vendaval, de ameaça. Parece que, agora, Porto Alegre virou a atenção para o Centro, o Centro Histórico, agora o 4º Distrito; e Porto Alegre é uma só.

Os problemas são muitos, mas penso que foi importante a ação do governo, ontem, com relação às medidas tomadas em função de um possível temporal, e acho que nós temos que abrir os olhos para toda a cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Oliboni.

Vereador Cezar Augusto Schirmer (MDB): Sr. Presidente, talvez eu esteja me sentindo um corpo estranho nesta Casa. Eu queria fazer uma breve manifestação que não tem natureza política; tem, sim, de comportamento e de conduta parlamentar. Talvez porque eu esteja fora do parlamento há mais de 20 anos, mas estou aqui há uns 30, 40 dias, e tenho ouvido manifestações agressivas de parte a parte, pessoais, em que o adjetivo substitui o substantivo. Isso depõe não contra um ou contra outro; depõe contra todos nós, inclusive contra mim, quando essa crítica é feita de forma genérica. Acabo de ouvir a manifestação do Ver. Oliboni, por quem tenho o maior respeito, eu não o conhecia, mas obviamente tenho grande respeito, e não é divergência política ou ideológica que me faria ou me faz romper relações pessoais. Está aqui o Ver. Pedro Ruas, que eu conheço há décadas, temos uma divergência histórica no campo político, partidário e ideológico, mas nunca nos defrontamos com nenhuma manifestação de natureza pessoal. Está aqui a Ver.ª Mônica, cujo pai foi meu colega na Assembleia Legislativa e tivemos debates muito firmes, muito contundentes, nem por isso deixamos de manter o respeito recíproco e uma relação pessoal adequada. Estou dizendo isso para mostrar que talvez eu esteja num ambiente que não é o qual eu estava acostumado, então eu tenho que me adaptar a essa realidade, obviamente não me comportando dessa maneira.

Eu ouvi o Ver. Oliboni, e ele fez duas acuações que eu achei extremamente graves: ele disse que houve manifestações sobre corrupção, indicações nessa direção, e que tem informações, enfim, alguma coisa genérica em relação à Prefeitura de Porto Alegre. Isso é muito grave, Sr. Presidente. Não pode, um vereador, do alto da sua responsabilidade, em respeito aos seus eleitores, em respeito à boa convivência entre nós, fazer acusações imprecisas, genéricas, superficiais. Não! Se tem alguma informação, tem que vir aqui e dizer: "No órgão tal, eu tenho essa ou aquela informação", e nós vamos investigar. Eu conheço o prefeito Melo, ele é um prefeito honrado, digno, sério, respeitável; podemos ter divergências do ponto de vista administrativo, político e ideológico, mas não se discute a postura ética da administração municipal.

A segunda questão, que me diz pessoalmente respeito, eu ouvi também o Ver. Oliboni dizer que tem vereadores que têm telhado de vidro. Isso é muito grave, Presidente! No que me diz respeito, eu quero que saibam: eu não tenho telhado de vidro, e se essa afirmação genérica vale para alguém – não sei se vale para alguém –, para mim, não. Eu não a aceito. Peço a V. Exa. que determine a retirada da manifestação do vereador essa crítica genérica, ou ele precisa qual vereador tem telhado

de vidro e por que tem telhado de vidro. Muito obrigado a V. Exa., estou fazendo essa manifestação em respeito a esta Casa e aos 36 vereadores que a compõem, sobretudo ao povo de Porto Alegre e à política e à democracia feitas com respeito e dignidade.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereador. Vou disponibilizar também ao Ver. Aldacir Oliboni se ele quiser fazer esse esclarecimento.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, com a minha passada aqui há mais tempo – somos colegas aqui há muito tempo –, estou assistindo um momento muito triste para nós, um momento de acusações extremas, acusações que não levam a nada; não é política, são questões pessoais. Eu aprendi na vida que onde existem processos é na justiça, e se tiver algum processo na justiça, que seja declarado contra este ou aquele, até porque esse tipo de ofensa ou insinuação desse ou daquele vereador, ou daquela vereadora, isso faz com que nós estejamos aqui numa situação muito ruim em relação ao colega, muito ruim em relação à política. Eu faço política séria há muito tempo e não quero conviver com esse ambiente, esse ambiente faz com que a Câmara Municipal seja manchada. Nós temos que começar a respeitar os colegas. Divergências políticas fazem parte do dia a dia, nós não somos obrigados a estar na mesma corrente, mas somos obrigados a ter respeito com o colega. Nós, aqui, não nos chamamos mais de Vossas Excelências porque aqui nivelamos por baixo, e isso é vergonhoso, esta Casa tem que tomar providências. Peço que nós possamos, sim, votar a Comissão de Ética urgentemente e vamos decidir, tem gente que não quer esse ou não quer aquele, mas nós temos que decidir. Não há mais ambiente para nós, sem uma Comissão de Ética, enfrentarmos essa situação, que não é boa para nós. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Registrado.

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, pegando o ensejo do Cassiá e do Cezar Schirmer, primeiro eu quero deixar bem claro aqui que eu não tenho telhado de vidro nenhum, o que eu falo, falo com propriedade, além de dizer que, se tem suspeitas na licitação do lixo, tem suspeita na contratação de terceirizadas, acho que é o papel desta Casa ir atrás e levantar isso.

Segunda questão: este plenário é soberano para eleger o Presidente da Mesa, soberano para eleger os presidentes de comissões, então eu acho que este plenário está preparado para referendar, ou seja, eleger a Comissão de Ética. Se está tendo impasse perante os membros da Comissão, acho que podemos ter chapa, seja lá o que for, e resolver essa questão, porque nós precisamos ter efetivamente a Comissão de Ética funcionando nesta Casa para tentarmos acalmar os ânimos na internet, nas redes. O que se traz aqui para este plenário é o que ocorre nas redes, que vereadores, irresponsavelmente, acusam outros de fatos que não são verídicos, fatos que não acontecem na tribuna, muito menos na hora de apertar o voto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver. Aldacir Oliboni

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, que eu saiba, no meu discurso não ofendi ninguém pessoalmente, apenas dei o informe de que chega para o vereador ou para um grande número de vereadores informações desse boato. Não tem como vir aqui imaginar que eu teria resposta ao Ver. Schirmer, à medida que pode haver corrupção. Eu não disse "tem corrupção em tal lugar". Mas, se houve, obviamente não se tem confirmação. É preciso esclarecer o colega vereador que, no debate político, é até um aviso, é até um alerta. Se não tiver, ótimo, é isso que não queremos em nenhum parlamento.

Por outro lado, o vereador tem a obrigação de fazer o debate político com relação ao alerta à Mesa Diretora, à presidência sobre boatos que correm sobre a Câmara. Tomara que sejam só boatos, porque também não acredito nisso, pois, se tivesse problema de corrupção, já teria saído, alguém teria denunciado. Por outro lado, este microfone de apartes é para requerimentos e apartes, me parece que, como eu estou aqui usando um tempo exíguo, os demais vereadores deveriam fazê-lo ou usar a tribuna. Então, nesse sentido, se tiver alguma palavra ofensiva, eu retiro, mas não quis fazê-lo no intuito de alertá-los, poderia estar acontecendo tanto no governo como na Câmara. Muito obrigado.

Vereador Alexandre Bobadra (PL): Presidente, só para fazer uma denúncia. Eu estava tomando café ali, e a Ver.ª Bruna foi atrás de mim falar um monte de bobagens. Eu estou sendo perseguido por essa vereadora desde 2018, quando eu denunciei que estavam entregando santinho do Lula no Centro de Porto Alegre, e ela estava nesse santinho. Eu nem sabia que era ela. Mas ela me persegue desde 2018. Em 2020, o Eduardo Bolsonaro fez um vídeo "Vote no Bobadra, não vote na Manuela". Eu estou sendo perseguido por essa vereadora de forma implacável, covarde e sorrateira.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Por favor, acalmem-se, vereadores. Ver. Jonas.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, eu queria solicitar aqui ao Ver. Moisés, que falou meu nome na tribuna, que retire os adjetivos à minha pessoa das notas taquigráficas. Também queria dizer, reiterar, ao Ver. Janta, que também utilizou adjetivos contra a minha pessoa, que possa retirar isso daquele dia ainda da sessão – como eu já solicitei, naquela mesma sessão. São as duas solicitações, com base no nosso Regimento Interno. Obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está registrado. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ilustre Presidente, Ver. Idenir Cecchim; vereadores e vereadoras, vou tentar tratar rapidamente sobre três temas, acho que todos bem relevantes para nós. O primeiro tema, Presidente, não tratei com V. Exa. hoje no seu gabinete por conta de que eu não tinha a informação, tive agora do Ver. Matheus Gomes, está no SEI, uma posição que eu respeito, mas não é a nossa, do PSOL, que é a do reajuste inflacionário de 14,79% para vereadores. Nós somos a favor desse reajuste para servidores e não para vereadores. O Ver. Matheus Gomes registrou voto contrário, é a nossa posição. Então até consulto Vossa Excelência. Porque nós temos que ter, repito, a lealdade que V. Exa. merece. Eu não tratei no seu gabinete porque não sabia, agora que o vereador me informou, eu tenho que fazer o registro, partidário, estou sendo solicitado. Isso não é nenhum desrespeito a nenhuma bancada, e não posso falar aqui pelo PT e PCdoB, só posso falar pelo PSOL. Mas nós somos contra esse reajuste, respeitando a argumentação inversa. A nossa posição o Ver. Matheus Gomes expressou com precisão, com correção, cumprimento Vossa Excelência.

Segundo ponto, Presidente, Comissão de Ética. Vossa Excelência tem uma tradição de bom senso e de justiça e democracia no trato aqui com seus colegas. Eu digo ao Ver. Oliboni que nós temos três votos na Comissão de Ética, três votos: eu, V. Exa. e a Ver.ª Daiana Santos. E digo mais a Vossa Excelência: se não houver a proporcionalidade na direção, nós temos que votar contra ou sair dessa votação - não é votação para nós. Nós já fomos desrespeitados muitas vezes na proporcionalidade, muitas vezes, em praticamente tudo; nos cargos da Casa, então, é um escândalo! Lá no início, não foi agora, lá no início. Se não houver proporcionalidade no comando da Comissão de Ética, nós não temos o que votar. Sugiro a Vossa Excelência, que é líder da oposição, atualmente, sou líder do PSOL, mas que nós tenhamos compromisso com os nossos partidos, com as nossas ideias e não votar se não estivermos ali representados também.

Terceiro tema e último, Presidente, é com relação à Usina do Gasômetro. Nós temos um problema ali, querida Cláudia Favaro, que me olha assustada, porque sabe que o tema é sério, gravíssimo. A Usina do Gasômetro, Presidente Idenir Cecchim, pertencia à Eletric, Bond & Share, que era uma subsidiária da Light, nos anos 40 e 50. Foi encampada pelo então Governador Leonel Brizola e passou a fazer parte do Estado, e foi criada a CEEE, utilizando ali um conjunto de estruturas incluindo a Usina do Gasômetro, a mais importante fornecedora de energia. Com a ditadura militar foi criada a Eletrobrás. A Eletrobrás tomou conta de várias estruturas do País, incluindo a Usina do Gasômetro. Ou seja, ela nunca foi de Porto Alegre, ela nunca pertenceu ao município, Ver.ª Fran Rodrigues, é inacreditável, é um dos símbolos de Porto Alegre - eu sou porto-alegrense, são sete mandatos, eu adoro a minha cidade. Aquilo é um símbolo nosso, tem que haver uma negociação da Prefeitura para ser nossa a Usina do Gasômetro, é nossa, mas não é; formalmente, não é! E pior, desde o governo Marchezan até o governo Melo, lá estão os tapumes– eu visito muito a orla do Guaíba, que está muito bem, por sinal –, não se pode acessar a Usina, e já foram gastos R$ 15 milhões – R$ 15.279.000,00 – numa obra que não vai terminar, porque ela está parada, estão lá os tapumes, e a Usina não é nossa, não anda nada. Nós gastamos R$ 15 milhões no que

não é nosso, eu queria que fosse, tem que negociar, tem que pedir, tem que exigir. Vamos dar uma olhada por que parou, o que houve? Sei que V. Exa., que foi líder do governo, Presidente da Casa, pode exigir isso; já foi prefeito em exercício, pode exigir isso. Ver. Cecchim, lhe peço essa gentileza, não lhe obrigo, evidente, apenas peço, porque acho que tem que fazer isso também, e vou fazê-lo, a partir dessa tribuna, vou fazê-lo, não posso mas deixar assim.

Bem, por aqui concluo, agradecendo as providências que foram tomadas e o esclarecimento da primeira questão que é aquela do reajuste, e também esclarecendo aqui a nossa posição do PSOL, respeitosa, mas é uma posição divergente nesse sentido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Para esclarecer: a Mesa votou pelo aumento dos funcionários igual ao dos vereadores; também uma resolução dizendo que o vereador não é obrigado a receber o aumento, para recebê-lo é preciso que faça uma requisição da reposição da inflação. O vereador que não quiser, não precisa pedir a reposição da inflação.

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, queria duas coisas aqui desse microfone de apartes. Primeiro, retirar os termos que eu usei: "burro, idiota, mau caráter e covarde", do Ver. Jonas, apesar de o vereador ter se elegido tripudiando em cima dos membros desta Casa e até ocupando irregularmente esta Casa. Quero reafirmar aqui o desejo do meu mandato de ter a reposição da inflação, quero deixar aqui no microfone já registrado, não somente do meu mandato, mas também dos funcionários da Câmara de Vereadores. Nós estamos somente repondo a inflação, não tem aumento nenhum, é somente a reposição da inflação. Muito obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): *O.k.* É uma reposição inflacionária.

Vereador Jonas, está satisfeito? (Pausa.) Vereadora Daiana, por favor, a senhora quer retirar a palavra canalha? Pode, por favor, fazer no microfone também. Mesma oportunidade que dei para o Ver. Janta, dou para a senhora também.

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Mas não retirou a palavra. Quer retirar? Acho que fica bem para nós todos, Vereador. Vamos botar a bola no centro. Baixamos a bola e vamos zerar isso.

Quero consultar os Srs. Vereadores para que façamos a eleição da Comissão de Ética às 18 horas. (Palmas.)

Só para registrar, o Ver. Márcio Bins Ely, na época estava como 2º Vice-Presidente da Mesa, abriu mão e falou que ele gostaria de ser o presidente da Comissão

de Ética, então. Fez o gesto, saiu da Mesa Diretora, para que pudesse ser escolhido presidente da Comissão de Ética. Então, hoje, às 18 horas, esclarecido isso, vamos fazer a votação.

Solicito abertura do painel eletrônico para entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Vinte e um Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras presentes.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h18min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0371/19 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 170/19, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que altera o art. 21, inclui art. 17-A e revoga o art. 12 e seus §§ 1º e 2º, todos na Lei nº 10.847, de 9 de março de 2010 – que Institui o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil do Município de Porto Alegre, estabelece as diretrizes, os critérios e os procedimentos para a gestão dos Resíduos da Construção Civil (RCCs) e dá outras providências –, estabelecendo que as atividades dispensadas de licença ambiental poderão receber determinados RCCs para fins de reutilização e dispondo sobre informações a constarem nas faces externas de maior dimensão de containers ou caçambas destinados ao armazenamento de RCCs. **(SEI 004.00062/2020-70)**

Parecer:
- da **CCJ.** Relator Ver. Claudio Janta: pela manutenção do Veto Total.
Observações:
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:
SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;
NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.
- trigésimo dia: 12-05-22 (quinta-feira).

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em discussão o PLL nº 170/19, com Veto Total. (Pausa.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Quero esclarecer aos colegas que nós vamos acompanhar o veto, favorável ao veto. A proposição era simples de entender, era proporcionar que os resíduos da construção civil pudessem ser destinados para reutilização, Pavs, enfim. Porém, no dia da votação, a gente acabou cometendo, na aprovação de uma emenda, um erro que não tem correção, não tinha como vetar parcial. O que ocasionaria, caso a Prefeitura não vetasse? Que os resíduos da construção civil fossem descartados em qualquer lugar, ia transformar a cidade num caos, e isso a gente não quer. Eu vou reapresentar este projeto no início do ano que vem sem essa alteração que cometeu essa falha. Então, como autor do projeto, acompanharei o correto veto da Prefeitura Municipal. Obrigado, presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal o PLL nº 170/19, com Veto Total. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, 32 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADO o PLL nº 170/19, mantido o Veto Total.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Leonel Radde, ao PLE nº 181/21.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLE nº 181/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLE nº 181/21.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0167/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 089/22, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que concede o título de Cidadã Emérita de Porto Alegre à senhora Wilma Erika Veit Schiefferdecker. **(SEI 020.00009/2022-14)**

Pareceres:
- da **CCJ.** Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE.** Relator Ver. Gilson Padeiro: pela aprovação do Projeto.

Observações:
- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 16-05-22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLL nº 089/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 31 votos **SIM**.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP) (Requerimento): Solicito o adiamento da discussão do PR n° 022/21, por duas sessões.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.ª Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Eu acabo de conversar com a Ver.ª Cláudia Araújo e com a Ver.ª Laura Sito e solicito o adiamento da discussão do PLL n° 081/17, por duas sessões.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 070/22 – (Proc. nº 0347/22 – Verª Lourdes Sprenger) – requer seja o período de Comunicações do dia 13 de junho destinado a assinalar o transcurso dos 35 anos do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul - SESCON-RS. **(SEI 035.00040/2022-41)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento n° 070/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 079/22 – (Proc. nº 0382/22 – Verª Fernanda Barth) – requer seja o período de Comunicações do dia 30 de maio destinado a homenagear a Liga da Defesa Nacional do Rio Grande do Sul. **(SEI 212.00036/2022-67)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento n° 079/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 004/22 – (Proc. nº 0005/22 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 23 de maio destinado a assinalar o transcurso dos 55 anos do Grupo de Operações Especiais – GOE. **(SEI 038.00099/2021-55)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento n° 004/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 084/22 – (Proc. nº 0402/22 – Verªs Bruna Rodrigues, Daiana Santas, Laura Sito e Karen Santos e do Ver. Matheus Gomes) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade "ao jogador Edenilson, do Sport Club Internacional, em razão do ato de racismo sofrido pelo jogador durante a partida de futebol no último sábado (14/05/2022)". **(SEI 209.00092/2022-13)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento nº 084/22 (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da votação do PLL nº 020/16, por duas sessões.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.ª Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 076/22 – (Proc. nº 0375/22 – Ver. Jonas Reis) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade "à Câmara Federal de Deputados em apoio à tramitação e aprovação do PLP 793/2022, que inclui bolsistas brasileiros da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) no regime de previdência social". **(SEI 210.00262/2022-40)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento nº 076/22 (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0475/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 179/21, de autoria da Verª Daiana Santos, que institui a Política Municipal de Fomento ao Empreendedorismo Negro no Município de Porto Alegre. **(SEI 209.00063/2021-62)**

Parecer Conjunto:
- da **CCJ, CEFOR e CEDECONDH.** Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:
- com Emenda nº 01, do Ver. Claudio Janta;
- incluído na Ordem do Dia em 16-05-22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLL nº 179/21 (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada por alguns vereadores, a Emenda nº 01 ao PLL nº 179/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, 34 votos **SIM**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): APROVADA a Emenda nº 01 ao PLL nº 179/21.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente, gostaria de deixar claro para os colegas vereadores que nós temos um parecer da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, do secretário Léo Voigt, dizendo que já existem políticas públicas voltadas para a população negra que já estão sendo executadas e que não tem necessidade de que o projeto seja aprovado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver.ª Cláudia.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLL nº 179/21 (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, 30 votos **SIM** e 01 **ABSTENÇÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A**PROVADO** o PLL nº 179/21.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): Presidente, quero agradecer a todos os vereadores e vereadores que compreenderam a importância desse projeto, que foi muito debatido, inclusive, com a liderança do governo, que fez um adendo necessário, e falando justamente da mobilização, que o impacto desse projeto terá no PIB da cidade. Quando a gente olha para a cidade, quando a gente pensa em projetos que são efetivos e impactam positivamente, este é um bom exemplo. Falar do afro empreendedorismo, negro, também é trazer um exemplo muito recente da South Summit Brasil, que debateu e trouxe grandes expoentes negros e negras para esse debate, para a centralidade da importância desta, que é uma construção - e aqui fica muito evidente - coletiva desta Casa. Obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Registrado.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0897/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 030/21, que autoriza o Executivo Municipal a desafetar da destinação de uso comum do povo e da destinação de uso especial e alienar, por meio de licitação pública, o próprio municipal situado na Avenida Carlos Barbosa, número 798, matrícula número 160.502 do Registro de Imóveis da 2ª Zona de Porto Alegre. **(SEI 118.00274/2021-13)**

Parecer:
- da **CCJ.** Relatora Verª Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, VIII, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 01-12-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLE nº 030/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLE nº 030/21. (Após a apuração nominal.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, 21 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): APROVADO o PLE nº 030/21.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0770/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 018/21, que autoriza o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) a desafetar e alienar imóveis de seu patrimônio. **(SEI 118.00231/2021-20)**

Parecer:
- da **CCJ.** Relator Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, VIII, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 27-09-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLE nº 018/21. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha a esse debate e que está há muitos dias preocupado, porque aqui se fala em vender imóveis. É o que mais a Câmara tem feito. Às vezes eu me pergunto: eu estou indo para

Câmara ou para o cartório imobiliário? E eu pergunto mais ainda: o prefeito subiu de cargo? Agora, de zelador, virou corretor, ou desceu. Talvez seja melhor ser zelador ele dizia, zelador da cidade. A cidade precisa de um zelador. Ele debatia isso desde o primeiro turno, porque ele dizia que o Marchezan não era zelador. Mas aí agora é só projeto de venda de imóveis. O DMAE tem falta sabe do quê? De gestão! Quem está lá, CC, indicado pelo Melo, o Alexandre, ele é o quê? Que que ele entende de água? Eu quero dizer que esse senhor que lá está entende pouco. Está lá há mais de um ano e falta água no Morro da Cruz. Está lá há mais de um ano, e falta água no Morro da Cruz; está lá há mais de um ano, e faz mais de um mês que a terra está parada na beira do arroio ali da Av. Chuí. Deixa-se a terra parada quando se tira para drenar, por alguns dias, e se recolhe. Eu fui ali, fiz um vídeo e mostrei que a terra toda entrou de novo no arroio. A minha pergunta aqui nesta tribuna: esse dinheiro da venda dos imóveis vai ser usado para quê? Para esse tipo de gestão? Esse é o tipo de gestão? A terra fica parada, mas, imediatamente, tem que recolher. Que empresa é essa? E pergunto mais: por que, até agora, faltam servidores no DMAE, quando isso já foi constatado periodicamente? Não tenho como pedir para fazer uma obra – "eu quero fazer um prédio" – se eu não tenho pedreiros, serventes, engenheiros. Hoje, não tem como pedir para o DMAE restabelecer a água da população em menos de 24 horas porque não tem RH. As caminhonetes saíam com cinco servidores, cinco serventes, pedreiros; agora, elas saem com dois. E para que quer mais dinheiro de alguns terrenos se falta gestão? A solução para o DMAE não é vender terrenos, é usar o dinheiro – e tem milhões em caixa – para fazer saneamento, que, na Zona Sul, não tem; no Lami, tem pouco; assim como na Ponta Grossa, em Belém, no Sarandi; sem contar as zonas altas da cidade, que receberam saneamento em tempos passados, principalmente nos governos da frente popular, e agora precisam recompor, porque tudo fica velho, tudo é preciso. Esse dinheiro vai ser usado para isso ou esse dinheiro da venda desses imóveis vai ficar no caixa parado? Sr. Alexandre, por favor, venha até esta Casa – é um convite –, apresente para nós qual é o seu programa para 2023 e 2024, porque 2022 já foi, 2021 já foi. O senhor está prestando contas para o prefeito Melo sobre isso? E questiono de novo: esta Prefeitura é um governo municipal ou é uma empresa imobiliária e a gente não sabe? Os secretários todos são colocados para ver cartilha de imóveis disponíveis para vender, mandam para cá, e a gente carimba. Eu não tenho nada contra; se tem algum imóvel que tem que ser vendido, não tem problema.

Agora, só isso não vai levar água para a Dona Maria, na Restinga; só isso não vai tirar o esgoto de dentro das residências da população da Vila Elizabeth. É preciso um programa que ainda não apareceu, têm as intenções do Melo, em 2020, no programa que disputou a eleição. Mas o que falta? Faltam, de fato, as ações. O prefeito é o prefeito de muitos projetos; foi lá para Dinamarca, eu acho que foi, não lembro mais a cidade ou o país, foi para Europa, e aí disse que vai despoluir a foz do Dilúvio. Nunca na história do planeta terra, o ser humano falou que tinha que despoluir a foz, quando na verdade são os afluentes e as fontes, onde surge o problema. É lá em cima, no começo do Dilúvio, não aqui embaixo. Então isso foi vergonhoso para nós, expôs de forma

vergonhosa a imagem de Porto Alegre, mostrando que não sabia de saneamento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB) (Requerimento): Sr. Presidente, tendo em vista que a Ver.ª Tanise Sabino está em representação, eu gostaria de adiar a discussão dos PLLs nos 116/21 e 055/22, por uma sessão, para que a vereadora possa estar aqui quando forem colocados em votação. Muito obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Giovane Byl. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLE nº 018/21.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente, Idenir Cecchim, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara, senhoras e senhores. Primeiramente, Ver. Jonas, eu queria fazer um reparo aqui na sua fala, que a profissão de corretor de móveis é coisa séria. E aí quando o senhor brinca que o prefeito tem que ser corretor de imóveis... Para ser corretor de imóveis, tem que ter registro profissional; para fazer uma audiência no fórum, tem que ser advogado; para fazer uma cirurgia no hospital, tem que ser médico e para trabalhar na intermediação imobiliária, tem que ser corretor de imóveis. Então, uma coisa é o mérito da discussão e da compreensão, de que talvez o senhor entenda que não seja o caso de o DMAE vender os próprios, digamos assim, que sejam de propriedade do DMAE. Agora, fazer brincadeira com coisa séria, nós não podemos concordar.

Aliás, eu quero cumprimentar o governo, porque incluiu no texto da compra e venda dos imóveis do Município a oportunidade de os corretores de imóveis fazer a intermediação. Está correto! O Creci, este ano, completa 60 anos, o Conselho Regional dos Corretores de Imóveis. A lei que regulamenta a profissão de corretores de imóveis, a Lei nº 4.116, de 1962, traz e estabelece essa prerrogativa. A gente já vem enfrentando, muitas vezes, um zelador, um síndico de prédio, um porteiro, pessoas que se dizem corretores de imóveis, trabalhando ilegalmente na profissão, aí a gente vem aqui fazer brincadeira com coisa séria, piadinha que o prefeito é corretor de imóveis. Não concordamos com esse tipo de encaminhamento, queremos fazer esse registro. Na medida do possível pediria para o vereador retirar essa expressão da sua fala para que não conste aqui, e, em nome dos 32 mil corretores de imóveis do Estado do Rio Grande do Sul. Eu quero reiterar que é muito sério, às vezes um cidadão fica 20 anos pagando um financiamento para adquirir uma casa própria. Hoje a legislação evoluiu muito com as alienações fiduciárias e com os financiamentos de 20, 30 anos, e pessoas que não tinham oportunidade de comprar um imóvel, hoje têm oportunidade de comprar um imóvel, mas a intermediação imobiliária, o zelo pela documentação, questões

contratuais, tudo que diz respeito não só a compra e venda, mas à locação também, gestão de condomínios, a própria avaliação – para ser perito avaliador tem que fazer um curso, não basta apenas ser corretor de imóveis... Eu queria reiterar, eu acho que, na questão de mérito, se o DMAE eventualmente tem um próprio que não está utilizando e quer se desfazer, às vezes até para evitar invasões, acho que é oportuno. Quero me manifestar que acho favorável, e não estou puxando a brasa para o assado de ninguém, apenas reiterando aqui a importância. Hoje nós temos quatro mil imobiliárias no Estado; Porto Alegre tem um número expressivo de pessoas que dependem da construção civil, o corretor de imóveis da imobiliária está lá na ponta da cadeia produtiva da construção civil. Apenas para reiterar e fazer esse apelo ao Ver. Jonas que retire essa expressão, digamos essa piadinha de que o prefeito virou corretor de imóveis. Vamos tratar coisa séria de maneira séria; brincadeira, vamos fazer em outro momento, não aqui no plenário, com uma profissão digna, uma profissão que requer que seja feita uma inscrição junto ao registro de um conselho profissional, é uma profissão regulamentada há 60 anos.

Então, apenas para constar, vereador. Entendo, digamos assim, politicamente, a construção de que o senhor acredita que não é oportuno vender os terrenos do DMAE, é uma posição, é uma opinião, a nossa é diferente, mas não de maneira pejorativa, fazendo referência aqui aos corretores de imóveis e às imobiliárias de Porto Alegre. Fica o registro pela atenção. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereador. Quero anunciar a presença do Ver. Tony Oliveira, de Santa Maria. Seja bem-vindo.

O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLE nº 018/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Obrigado, Presidente. Nós consideramos que o projeto de desafetação de imóveis do DMAE se insere num processo maior, que é o de privatização do DMAE, esse importante departamento, que traz água à nossa população. Nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, somos terminantemente contra qualquer tipo de processo de privatização, principalmente, quando se trata da água, esse bem básico, essencial, da vida humana. Os países em que a água foi privatizada tiveram que rever seu processo. Nós sabemos que os servidores do DMAE estão sendo vítimas de um processo de sucateamento, de um processo em que os seus salários estão abaixo do valor do salário mínimo, e, dessa maneira, nós não temos como votar a favor da venda de imóveis do DMAE. E sabemos que esse processo de venda de imóveis do DMAE demonstra que, em breve, a Prefeitura enviará para esta Casa o processo de privatização. Então, alerta, a população de Porto Alegre tem que ficar em alerta, todos nós mobilizados, para não permitirmos esse processo, que trará prejuízos inestimáveis a toda a população, seja na qualidade da água, seja no valor da tarifa, seja no acesso da periferia a esse bem básico. Pedimos aqui a sensibilidade dos vereadores e vereadoras para que não aprovem esse projeto enviado, para que nós

tenhamos a noção de que o DMAE é um bem público essencial e que deve ser defendido por todos e todas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 018/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Cecchim; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha a nossa sessão. O projeto de lei do Executivo autoriza o Departamento Municipal de Água e Esgoto, o DMAE, a desafetar e alienar imóveis do seu patrimônio. Se eu não me engano, são quatro imóveis. Ver. Janta, o projeto de lei diz, na justificativa, que fará um investimento na própria necessidade do DMAE, por exemplo: aumentar a rede para algumas comunidades que não têm água. Só que, no projeto, não diz isso. O governo cometeu, eu diria, um deslize ao não constituir, no escopo do projeto, para onde será destinado esse recurso. Lá na justificativa, não diz nada, os senhores me desculpem. Ver. Schirmer, importante que, no projeto de lei, o recurso será destinado para investimento do DMAE, não está no projeto de lei, está só na justificativa. Aí, nos dá a entender que este recurso do DMAE poderá ir para uma outra rubrica, para uma outra atividade, para o outro investimento. O DMAE precisa desse recurso. Inclusive nós aprovamos, há poucos dias, a contratação provisória de 35 engenheiros e arquitetos. O DMAE é superavitário, ele tem recurso em caixa, mas não dá para se desfazer de imóveis para utilizar para um outro programa, para uma outra necessidade. Então, Presidente e vereador, líder do governo, vamos adiar por uma sessão, vamos fazer essa correção, uma Mensagem Retificativa, ela é pertinente. Nós, da oposição, não seremos contra se fizer essa correção. Sempre que eu queira destinar o recurso para a mesma autarquia, instituição, eu tenho que dizer no escopro do projeto e não na justificativa. Justificativa é o que eu estou falando aqui, estou dizendo, se é importante, se não é importante. Então eu queria que, se possível, o governo se manifestasse sobre isso. Muito obrigado

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o PLE nº 018/21. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate sobre a venda de bens do DMAE. Eu quero reafirmar as palavras que aqui trouxe nesta tribuna, a Prefeitura não deve ser uma imobiliária, isso não é nenhum ataque às imobiliárias; as imobiliárias têm a sua função social, importante, e mais ainda os corretores de imóveis, Ver. Márcio Bins Ely, do PDT. Em nenhum momento eu falei

contra os corretores, mas eu falei que, inclusive o Creci tem que ver o que a Prefeitura está fazendo, está tirando espaço dos corretores da cidade. É isso que é o meu questionamento, está tirando empregos, a Prefeitura tem que se ater a fazer políticas públicas, um governo tem que saber planejar a execução do orçamento e não pedir aos seus secretários para fazerem projeto de lei de venda de próprios, quando há outras necessidades primevas. Esta é a colocação do Ver. Jonas Reis: antes de vender imóveis, é preciso restabelecer o serviço público que não está restabelecido em várias regiões. E trago aqui, de novo, o elemento do saneamento, que é o que mais agrava, sendo, inclusive, um problema de saúde pública. Eu quero dizer que, antes de fazer um projeto de lei vendendo próprios e tudo mais, a Prefeitura tem que apresentar para nós como vai levar saneamento nos locais que ainda não levou, a população ainda não tem.

Então, este vereador, de forma alguma, falou mal de trabalhadoras e trabalhadores, porque pertenço ao Partido dos Trabalhadores. Eu sou servidor público, sou professor. Então estamos trabalhando aqui com uma metáfora e não dizendo que o trabalho dos corretores não é importante, é sim, o que não é importante é o trabalho do governo querer ser uma imobiliária – isso não pode acontecer, nós temos outras prioridades. Um secretário não tem que se debruçar e ver o que pode ser vendido, primeiro, ele tem que acabar com a falta de RH, pois tem mais de 1,5 mil cargos vagos no DMAE, tem que preenchê-los via concurso, via contrato, enfim, mas tem que preenchê-los e, depois, vai ver alguns terrenos, alguns imóveis, mas não o inverso. Esse é o meu questionamento. Por ventura, se eu não tinha deixado nítido isso, deixo agora. E também deixo o meu abraço a várias amigas e amigos corretores, especialmente ao Guilherme, que trabalha na região central. Um abraço a todas e todos. Nós não temos como nos somar nessa votação, eu vou votar "não", porque é outra prioridade da cidade e não esta de ficarmos debatendo por uma hora a venda de imóveis, quando não tem o básico na cidade, como água nas regiões altas e saneamento em várias outras regiões. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.ª Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 018/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, Ver. Cecchim, Presidente desta Casa; boa tarde aos colegas e a quem nos acompanha a partir da TVCâmera. Muito triste hoje mais uma votação, mais um leilão público de áreas que podiam estar resolvendo parte de um problema que é crônico na cidade, o déficit habitacional. Eu conheci, Ver. Cecchim, a política lutando também pela minha moradia lá na Av. Tronco, aquela avenida que, sim, ela que já faz mais de 10 anos, aliás, quase 12, e que hoje ainda não acabou, uma obra gestada pelo Executivo municipal e que não entrega para suas famílias, não entrega – Ver. Ruas, te acompanhei na Assembleia Legislativa a partir da subcomissão da moradia –, aquilo que é para nós, da luta popular, algo essencial, que é o direito de as pessoas terem um teto, terem uma moradia. Nós

sabemos que há crise aqui na cidade, aliás, o Ver. Márcio Bins Ely tem tratado do tema porque lançou uma frente parlamentar. Vereador, queria também lhe ver aqui utilizando esta tribuna para defender essas áreas públicas, áreas que podiam estar dialogando com déficit habitacional que temos, áreas que podiam estar dialogando com o problema da vaga na creche.

Ver. Cecchim, são quase seis mil crianças que não têm a vaga na creche na cidade. Quantas dessas áreas não poderiam estar sendo destinadas para habitação popular? Quantas dessas áreas não podiam está sendo destinadas a resolver o problema educacional, Ver. Ramiro? O problema é que a gente quer entregar tudo, às vezes, eu tenho a sensação que a gente não tem o carinho e o cuidado com o bem público, a gente só quer entregar, entregar, entregar. Mas quando dialoga com os problemas da cidade, nós podemos falar de grandes eventos e grandes empreendimentos, mas a periferia está gritando, uma parcela da cidade não consegue pagar o aluguel, uma parcela da cidade não consegue comer com dignidade, e nós estamos falando aqui em leilão público, de uma entrega de área pública, da venda de áreas públicas sem dialogar com a necessidade real da vida do povo. Eu não acredito nessa cidade que se desenvolve só para um lado, eu não acredito nessa cidade que finge que não vê os problemas, Verª Lourdes. Regularização fundiária não se dialoga só entregando o título, não é só título que nós queremos, nós queremos teto também, nós queremos dialogar a área, nós queremos morar com dignidade. As famílias da Vila Tronco até hoje não têm as suas moradias, até hoje, e não têm perspectiva, não têm uma data para receber a sua chave. Ninguém mais aluga, Ver. Cassiá, para o aluguel social da Prefeitura, porque não paga em dia, e esse é um problema que inclusive o DEMHAB tem tratado. Mas o problema é real, e a gente só vê aqui entrega, entrega, entrega, entrega, mas entrega para a iniciativa privada. O prédio ali que uma grande luta popular, que foi ocupação Saraí. Saraí passou por esta Casa, um preto que vai, sim, ser destinado também para moradia, mas não moradia popular. Até quando esta Casa vai estar assim, de joelho para burguesia? Até quando esta Casa não vai dialogar com os problemas reais do povo? Até quando não vamos ter alternativa para quem não tem casa? Nós não temos hoje um plano municipal de habitação. Qual a alternativa das pessoas a não ser ir morar na rua? A gente precisa falar de uma cidade que se desenvolve, mas não se desenvolve só no Centro Histórico, se desenvolve na periferia da cidade, que vem sofrendo com a falta de creche, com os aluguéis caros, inclusive com a falta de condições de se alimentar com dignidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada pela presidência.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Houve um problema no painel, nós vamos reinicializar a votação, o painel vai ser reinicializado, é um problema com a rede.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Pois não, Ver. Márcio Bins Ely.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Tendo em vista que a Ver.ª Tanise está em representação externa e compõe a Comissão de Ética, em havendo a possibilidade, solicito o reagendamento da eleição da composição, da presidência, da vice-presidência e da Corregedoria da Comissão de Ética. Fica o registro.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está registrado. Ver. Márcio Bins Ely, consultei o diretor da Casa e o Presidente não tem que participar da eleição. O vereador mais velho, entre os integrantes da comissão, é quem presidirá a eleição.

Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLL nº 018/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, são 22 votos **SIM** e 10 votos **NÃO.**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): APROVADO o PLL nº 018/21.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO) (Requerimento): Presidente, eu gostaria de sugerir que a gente mantivesse a agenda de hoje e votássemos a Comissão de Ética. Nós acompanhamos os debates no início desta sessão, que foram bem calorosos, de diversos vereadores. E não foi só um tema; nós tivemos aqui diversas bancadas se manifestando de maneira calorosa em cima de posições que teriam que ir para a Comissão de Ética. Considero que é oportuno começarmos a manifestar que nós temos uma Comissão de Ética instaurada na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, onde estaremos deliberando sobre situações, como as que aconteceram hoje aqui no plenário. Obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Registrado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, sugiro que coloque em votação o requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 361/21.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento do Ver. Ramiro Rosário. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**. Está retirado da priorização.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 16h22min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos ao período de

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1198/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 528/21, de autoria do Ver. José Freitas, que declara de utilidade pública a entidade Movimento de União, Solidariedade, Paz e Justiça Social. **(SEI 034.00480/2021-18)**

PROC. Nº 1297/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 575/21, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que declara de utilidade pública a Federação de Apoio às Associações, Igrejas e Ministros Evangélicos do Brasil (FAAIMEB). **(SEI 036.00181/2021-81)**

PROC. Nº 0073/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 038/22, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que denomina Rua Sara Edila Azevedo Zuanazzi o logradouro não cadastrado conhecido como Rua A – Vila Fátima - Pinto –, localizado no Bairro Bom Jesus.**(SEI 207.00001/2022-33)**

PROC. Nº 0228/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 117/22, de autoria da Verª Comandante Nádia, que inclui o evento Baile de Debutantes Comunitário no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser realizado durante a Semana de Porto Alegre. **(SEI 025.00029/2022-91)**

PROC. Nº 0263/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 137/22, de autoria da Verª Daiana Santos e do Ver. Matheus Gomes, que inclui o evento Semana da África no Anexo da Lei n° 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser realizado na última semana de maio. **(SEI 209.00075/2022-78)**

PROC. Nº 0305/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 158/22, de autoria do Ver. Pablo Melo, que denomina Rua Sr. Jesus Odone Nunes de Oliveira o logradouro público conhecido como Rua 5152, localizado no Bairro Campo Novo, na comunidade Chapatral. **(SEI 218.00026/2022-26)**

PROC. Nº 0306/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 159/22, de autoria do Ver. Pablo Melo, que denomina Rua Morro Agudo o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 5151, localizado no Bairro Campo Novo, na comunidade Chapatral. **(SEI 218.00027/2022-71)**

PROC. Nº 0307/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 160/22, de autoria do Ver. Pablo Melo, que denomina Rua Morro das Abertas o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 5154, localizado no Bairro Campo Novo, na comunidade Chapatral. **(SEI 218.00028/2022-15)**

PROC. Nº 0321/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 172/22, de autoria do Ver. Luiggi Bertaco, que denomina Rua Orlando Drummond Cardoso o logradouro público cadastrado conhecido como Beco A – Av. Vicente Monteggia –, localizado no Bairro Nonoai. **(SEI 281.00019/2022-61)**

PROC. Nº 0322/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 173/22, de autoria do Ver. Luiggi Bertaco, que denomina Rua Tarcísio Pereira de Magalhães Sobrinho o logradouro público cadastrado conhecido como Beco B – Av. Vicente Monteggia –, localizado no Bairro Nonoai. **(SEI 281.00020/2022-95)**

PROC. Nº 0323/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 174/22, de autoria do Ver. Luiggi Bertaco, que denomina Rua José Gabriel de Souza Diniz o logradouro público cadastrado conhecido como Rua de Pedestres Dois – Vila Teresina –, localizado no Bairro Medianeira. **(SEI 281.00021/2022-30)**

PROC. Nº 0324/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 175/22, de autoria do Ver. Luiggi Bertaco, que denomina Rua Marília Dias Mendonça o logradouro público cadastrado conhecido como Rua de Pedestres Nove – Vila Teresina –, localizado no Bairro Medianeira. **(SEI 281.00022/2022-84)**

PROC. Nº 0325/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 176/22, de autoria do Ver. Luiggi Bertaco, que denomina Rua Cristiano de Melo Araújo o logradouro público cadastrado conhecido como Rua de Pedestres Sete – Vila Teresina –, localizado no Bairro Medianeira. **(SEI 281.00023/2022-29)**

PROC. Nº 0352/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 194/22, de autoria da Verª Comandante Nádia, que denomina Rua Major Cidade o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil Cento e Cinquenta e Um, localizado no Bairro Restinga. **(SEI 025.00034/2022-01)**

PROC. Nº 0353/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 195/22, de autoria da Verª Comandante Nádia, que denomina Rua Filósofo Olavo de Carvalho o logradouro cadastrado conhecido como Rua 4006 – Vila Orfanotrófio I –, localizado no Bairro Santa Tereza. **(SEI 025.00035/2022-48)**

PROC. Nº 0358/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 197/22, de autoria da Verª Bruna Rodrigues, que inclui as efemérides Dia Municipal da Favela e Semana da Favela no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas

Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 04 de novembro e na primeira semana do mês de novembro, respectivamente. **(SEI 221.00054/2022-30)**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0437/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 167/21, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do Sargento Temporário e Sargento da Reserva Não Remunerada das Forças Armadas no Anexo da Lei nº 10.904 de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 05 de novembro. **(SEI 222.00080/2021-86)**

PROC. Nº 1337/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 603/21, de autoria dos Vers. Alvoni Medina e José Freitas, que inclui a efeméride Dia Municipal da Universal nos Presídios no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 14 de junho. **(SEI 020.00048/2021-31)**

PROC. Nº 0008/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 001/22, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que inclui incs. XI e XII no *caput* do art. 2º e art. 12-A na Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009, e alterações posteriores, incluindo as escalas semanais de trabalho e os espelhos de ponto dos profissionais da saúde das unidades de saúde do Município de Porto Alegre que atendam ao Sistema Único de Saúde (SUS) no rol de informações divulgadas no Portal Transparência Porto Alegre. **(SEI 220.00001/2022-10)**

PROC. Nº 0068/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 035/22, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Praça Paulo Francisco Corrêa o espaço público não cadastrado conhecido como Praça Seis Mil, Quatrocentos e Vinte e Nove, CTM 8261030, localizado no Bairro Chapéu do Sol, em Porto Alegre. **(SEI 019.00004/2022-01)**

PROC. Nº 0287/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 149/22, de autoria do Ver. Leonel Radde, que inclui a efeméride Dia do Aikido no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 26 de abril. **(SEI 208.00052/2022-64)**

PROC. Nº 0247/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 125/22, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Travessa Jurandi Barrios Mathias o logradouro público conhecido como Travessa F, localizado no Bairro Restinga. **(SEI 034.00158/2022-70)**

PROC. Nº 0311/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 163/22, de autoria do Ver. Pablo Melo, que denomina Rua Morro do Osso o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 5150, localizado no Bairro Campo Novo, na comunidade Chapatral. **(SEI 218.00029/2022-60)**

PROC. Nº 0296/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/22, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que concede a Comenda Porto do Sol ao Sr. Onyx Dornelles Lorenzoni. **(SEI 222.00030/2022-80)**

PROC. Nº 0300/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/22, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Sindicato dos Centros de Formação de Condutores do Estado do Rio Grande do Sul – SindiCFC. **(SEI 036.00061/2022-65)**

PROC. Nº 0314/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/22, de autoria da Verª Psicóloga Tanise Sabino, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Centro de Valorização da Vida – CVV. **(SEI 215.00029/2022-62)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.ª Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Mais uma vez, Sr. Presidente, estou utilizando esta tribuna, na verdade, para fazer uma denúncia que precisa... A gente está falando aqui de comissão de ética, a gente está falando de uma série de requisitos e posturas que se precisa ter para que um vereador, uma vereadora, enfim, desenvolva o seu mandato com plenitude. Quero começar saudando os 5.366 votos que eu tive para chegar até esta Casa. Foi com muita luta, foi batendo em muita porta, foi conquistando muita gente, foi dialogando com muitas mulheres e homens que, como eu, sonham com uma política mais popular. E um vereador, que já foi indiciado por violência política de gênero, utiliza a tribuna para dizer que alguns vereadoras e vereadores não são qualificados. Lembrando que a qualificação para estar aqui é o povo que dá, nós precisamos começar por aí, porque diversas vezes se utilizam da tribuna para desqualificar a chegada da bancada negra, para desqualificar a chegada de mulheres que têm uma luta popular como eu. São 16 anos de militância, muito convictos esses 16 anos, muito cientes do papel que vem cumprir, e entendedores de que a política precisa ser transformada para que ela represente todos e todas, e não uma parcela da cidade, e não uma parcela de vereadores que mantém o machismo estrutural presente no cotidiano e que faz com que sessões como essas sejam cada vez mais violentas.

Presidente Cecchim, violência política de gênero é crime – é crime! –, e eu quero dizer ao Ver. Bobadra que eu sou muito qualificada para estar aqui porque o povo entendeu que essa qualificação, esse conjunto de características de uma mulher negra, periférica, de muita luta, que é mãe, que sabe a importância de discutir a luta pela vaga

na creche, que sabe a importância de defender áreas públicas para interesse popular, para moradia popular, é essa qualificação que o povo elegeu para estar aqui e é sobre isso. Eu respeito todos os meus colegas, eu respeito todos os vereadores que foram eleitos de forma legítima para estar aqui: são 36 colegas que tem histórias diferentes, que têm tradições diferentes que vêm de lugares diferentes da cidade, e eu respeito cada um e cada uma, comemoro a maior bancada de mulheres nesta Casa; a maior bancada de negros e negras, aliás de negras, e nós temos um homem negro eu comemoro. E é por essa comemoração que eu também me levanto quando um vereador diz que eu tenho tesão por ele, porque não foi tesão que me trouxe foi trabalho, foi trabalho, foi relação com a cidade, e ele foi indiciado. E, se justiça tiver nessa cidade e nesse Brasil, será condenado. Violência política de gênero é crime. Que nenhuma de nós, daqui para frente, ouça de um colega que o quê paute o plenário é tesão. Porque o quê pauta esse plenário é projeto, é a política; a política no centro de tudo. Obrigada, Ver. Cecchim. Indiciado! Violência política de gênero é crime, vereador. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereadora. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate e que muitas vezes não sabe o que tramita aqui, o que está em Pauta, os protocolos. Mas têm um projeto de lei que pede para denominar uma rua, no Orfanotrófio, bairro Santa Tereza, com o nome de Filósofo Olavo de Carvalho. Eu não costumo falar dos mortos, acho que a gente tem que preservar, respeitar as famílias. Só que eu acho que em Porto Alegre não pode, não cabe em Porto Alegre uma homenagem a este cidadão. Porque dar o nome de uma rua é uma coisa pesada, alguém que contribuiu. Primeiro que ele não é filósofo, e denomina filósofo, não é, não foi, nem nunca será eu não tenho legado na filosofia. Eu acho que isso ofende os filósofos da Porto Alegre ofende as pessoas que contribuem com o pensamento e a livre expressão do pensamento e com o exercício da filosofia, que é, em resumo, a arte de pensar, de questionar, de querer saber, de interrogar a realidade, o mundo presente, o mundo passado e também projetar o mundo futuro.

Eu acho que é muito feio, para nós, denominarmos uma rua da capital, isso ofende filósofos históricos, Aristóteles, Platão, e tantos outros – estou falando aqui em alguns dos primeiros, isso me parece nada – nada – razoável. Eu acho que nós não devemos nos somar a isso. Eu acho inclusive que nós devemos votar, de forma unânime, contrariamente, e farei esse debate em todos os espaços, porque se tem uma coisa com que Olavo de Carvalho contribuiu foi o desserviço ao conhecimento científico, falando inclusive que a Terra é plana. De onde que a Terra é plana? Não existe comprovação científica disso. Quer dizer que, quando não existia o conhecimento avançado, se acreditava nisso, mas nós ultrapassamos, já ultrapassamos muito, precisamos avançar na produção de conhecimento de verdade. Então, eu acho que isso

até mancha a história da vereadora que propõe, mancha perturba, acho que não agrada, acho que houve um equívoco aí. Esse é o equívoco de pegar a ideologia, colocá-la no colo e embalar sem saber o que é, sem saber qual a contribuição. E eu até questiono: será mesmo que o a população que mora no bairro Santa Teresa sabe da tramitação deste projeto. Filósofo Olavo de Carvalho, que os mortos descansem em paz sim, inclusive este, mas este não teve contribuição ao povo de Porto Alegre, muito menos à filosofia. Não podemos colocar, pode até chamá-lo de negacionista Olavo de Carvalho, disso a gente pode até chamá-lo, ele negou a pandemia – negou –, negou uma realidade mundial. Esse é o meu questionamento, e eu deixo aqui frisado nas notas taquigráficas desta Casa, e peço a sensibilidade de quem acredita na ciência, no poder da filosofia e respeita quem contribui com o pensamento e a evolução da humanidade. Nós não podemos banalizar este instrumento de Porto Alegre, homenagear as pessoas que já se foram, dar nome de rua para quem realmente merece. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sr. Presidente, me lembro do meu primeiro dia de aula no ensino fundamental quando estudei a matéria de história com o Prof. Osvaldo de Souza, quando ele explicou o porquê estudamos história: “Para aprendermos com os erros do passado, para entendermos o nosso presente e planejarmos o nosso futuro”. Eu vou falar rapidamente aqui quem foi Olavo de Carvalho. Olavo Luiz Pimentel de Carvalho é professor, filósofo, escritor, jornalista e autor de mais de 40 livros, com 44 cursos, e, durante 14 anos, ministrou cursos de filosofia. Então foi um homem, uma pessoa do bem, uma pessoa regrada, um intelectual que fez um bem enorme para a sociedade brasileira. Quem sou eu para me comparar com o Olavo de Carvalho?! Eu sou professor, advogado, tenho algumas pós-graduações no direito, mas eu comecei de baixo e nunca me vitimizei. Com 12 anos de idade eu vendia doce no Centro de Porto Alegre para fazer o curso de datilografia; com 14 fui auxiliar de serviços gerais, limpava banheiro, fazia suco de laranja, servia café; depois fui *office-boy*, fui praça do Exército, policial militar, agente penitenciário, professor, advogado, pai. Eu comecei de baixo e conheço a vida de verdade. Nunca precisei me vitimizar ou dizer: “Ai, coitadinho, tenham pena de mim”. Eu fui lá busquei e fiz a minha parte na sociedade. Hoje eu tenho as minhas coisas, porque eu trabalhei. Não vivi de favor, ou fazendo onda, ou puxando o saco de deputada.

Quero dizer para vocês, fazer um apelo aqui aos nossos vereadores: ajudem os nossos jovens a fazer um supletivo, a fazer uma universidade, a se inscreverem para um concurso público, a abrirem uma empresa, a organizarem o seu currículo para que possam entrar no mercado de trabalho, para que possam comprar uma casa, tem um carro, ter filhos, serem felizes, e enxergar a vida como ela é de verdade. Procurem

Deus! Vão na igreja, ajudem as pessoas, façam doações, sejam felizes e não fiquem na volta da esquerda que incentiva o aborto, incentiva o uso da maconha. Esses dias, fizeram a marcha da maconha, deram o "migué" que era maconha terapêutica, aqui ao lado da Câmara! Eles incentivam o aborto, incentivam o uso de drogas, eles defendem o desarmamento da nossa população, para depois acontecer o que aconteceu na Ucrânia; eles querem a desmilitarização da nossa Brigada Militar, defendem bandido. Então é demagogia, sabotagem, cinismo, despreparação. Pesquisem a vida dos seus candidatos. Até digo mais: nós tínhamos que mudar a Constituição Federal, aquele que exerce o mandato de vereador, de deputado, tem que ter uma profissão! Eu faço um questionamento para vocês: onde estariam alguns vereadores se não estivessem no exercício do mandato?

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Bobadra. Não tendo mais nenhum inscrito, está encerrado o período de discussão de Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h36min.)

*** * * * ***